



Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras

Banco Original S.A.

30 de Junho de 2018

	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	15
Nota 8 . Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15
Nota 9 . Outros Créditos	17
Nota 10 . Outros Valores e Bens	19
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	19
Nota 12 . Imobilizado de Uso	19
Nota 13 . Intangível	19
Nota 14 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	19
Nota 15 . Obrigações por empréstimos	20
Nota 16 . Outras Obrigações	20
Nota 17 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	21
Nota 18 . Patrimônio Líquido	21
Nota 19 . Limites Operacionais	22
Nota 20 . Partes Relacionadas	22
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	23
Nota 22 . Despesas de Pessoal	23
Nota 23 . Outras Despesas Administrativas	23
Nota 24 . Despesas Tributárias	23
Nota 25 . Outras Receitas Operacionais	23
Nota 26 . Outras Despesas Operacionais	24
Nota 27 . Resultado não Operacional	24
Nota 28 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	24
Nota 29 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	24
Nota 30 . Outras Informações	25
Nota 31 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A	25
Relatório do Comitê de Auditoria	26

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Atuação

O Banco contando com sólida estrutura organizacional, linhas de negócios bem definidas, sólida governança corporativa, robusta gestão de riscos e sistemas, vem atuando nos segmentos:

Banco de Atacado:

Corporate - conta com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento;

Agronegócio - com atuação na Pecuária e Agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados e em segmentos bem definidos;

Desconto de recebíveis - com atuação junto à clientes do segmento varejista comercial, a cadeia de valor do grupo e a empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

Banco de Varejo:

Foi lançado em 27 de março de 2016, e tem sua atuação no segmento de Pessoa Física como um *Full Bank*, oferecendo além de conta corrente, cartões de crédito, linhas de crédito pessoal, seguros, previdência, produtos de investimento diversificados além de múltiplas funcionalidades disponíveis através da plataforma 100% digital.

Caixa e capital:

Destaca-se, ainda, a disponibilidade de caixa e capital, além do baixo índice de alavancagem, que permite ao Banco estar bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

● Banco de Varejo - Banco Digital

O Banco Digital foi concebido para oferecer serviços personalizados para as pessoas físicas, empresas Corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado e para trazer pulverização e diversificação para a captação no Banco.

Para criar uma plataforma digital com serviços de qualidade e atendimento diferenciado, foram feitos investimentos com contratação e treinamento de profissionais, compra e desenvolvimento de *softwares*, utilizando o que há de mais atual e disruptivo em tecnologia.

Dentre os serviços oferecidos, destacam-se a aberturas de contas, a contratação de produtos de forma 100% digital, depósitos em dinheiro via boleto, de cheque via imagem e várias opções em produtos para aplicação de recursos, tudo em apenas poucos cliques. Também merece destaque a possibilidade da realização de saques em outras moedas (Dólar e Euro) em nossos caixas eletrônicos.

Atingimos a marca de mais de 620 mil clientes em junho de 2018, com uma carteira de crédito de R\$ 333 milhões e uma captação vinda deste segmento no valor de R\$ 676 milhões.

● Prêmios e Reconhecimentos

Neste primeiro semestre e pelo terceiro ano consecutivo, o Banco Original ganhou 4 prêmios na categoria Banco Digital e 1 prêmio na categoria Work Flow, pelo e-Finance.

● Inovação Tecnológica

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) avalia anualmente atividades relacionadas à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei nº 11.196 de 2005 (Lei do Bem). As exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas pelo terceiro ano consecutivo, o que habilitou o Original a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei.

O montante do benefício de imposto de renda e contribuição social gerado nesse semestre foi de R\$ 19.553 Milhões, referente aos investimentos em inovação que fizemos durante o ano de 2015.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de junho de 2018, o Banco Original apresentou lucro no semestre de R\$ 1.478 milhões, contra um lucro de R\$ 2.638 milhões apresentado no primeiro semestre de 2017.

Destaca-se o resultado operacional positivo no semestre em R\$ 1,4 milhões, oriundo basicamente do desempenho da Intermediação Financeira e da redução de 14% das despesas administrativas.

Os resultados do banco devem ainda apresentar volatilidade até a maturação da atividade de varejo, esperada para 2019/2020.

2. Ativos e Passivos

Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 9.135.008 (30/06/2017 - R\$ 7.877.382) ao final do período.

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do exercício, atingiu o saldo de R\$ 5,7 bilhões (30/06/2017 - R\$ 4,1 bilhões) com um crescimento de 39% no ano.

O saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 187,1 milhões (30/06/2017 - R\$ 175,3 milhões), correspondente a 3,28 % da carteira expandida.

O prazo médio da carteira ativa ao final do exercício é de 338 dias.

O resultado das políticas mais seletivas nas cessões de créditos está demonstrado pelos seguintes indicadores:

- 77,17% da carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 95,1% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal.
- O índice de Cobertura apurado foi de 109,1% ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem a Carteira com atraso superior a 90 dias.

O quadro a seguir demonstra que mesmo com crescimento expressivo da carteira comparando com o mesmo período de 2017, a posição de risco de crédito do Conglomerado continua a ser bem administrada. De acordo com a política de concessão de crédito aos clientes do banco de atacado, normalmente são solicitadas garantias reais para as operações de crédito, para proteção contra possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Rating	Carteira e Garantias			PCLD	Garantia Real	% Cobertura R\$ mil
	Em Dia (Normal)	Em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira			
AA - C	4.862.683	43.333	4.906.016	32.847	4.442.987	90,6%
D-H	90.377	212.912	303.289	152.371	647.047	213,3%
TOTAL	4.953.060	256.245	5.209.305	185.218	5.090.034	97,7%

Funding

O *funding* total do banco apresentou crescimento importante, da ordem de quase 20%, atingindo R\$ 5,9 bilhões (30/06/2017 R\$ 4,9 bilhões).

A captação do banco de varejo, já representa 13% deste valor.

O prazo do funding segue mais longo que o prazo dos ativos, fechando junho de 2018 com um prazo médio de 361 dias.

3. Despesas

Ao longo de 2017, foram revisitados diversos processos internos e foram reavaliadas estruturas, para melhor adequação dos custos decorrentes do negócio e do crescimento do Varejo. No 1º semestre de 2018, já podem ser observadas as economias decorrentes destes ajustes.

Em junho de 2018, a despesa total vem 13% menor do que no mesmo período de 2017, caindo de R\$ 348 milhões para R\$ 303 milhões. As maiores contribuições foram nas despesas de pessoal em que a queda foi de 21%, passando de R\$ 157 milhões (30/06/17) para R\$ 124 milhões (30/06/18) e nas despesas administrativas onde houve redução de 5%, passando de R\$ 175 milhões para R\$ 167 milhões nos mesmos períodos.

4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 2.083.508 (30/06/2017 - R\$ 2.087.327), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(437)	(8.514)
Prejuízos Acumulados	(46.056)	(34.160)

● Agência de Rating

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB (bra)	B	B+

(1) Junho 2018

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, em relação a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de Auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2018, foram abertas 374 demandas (30/06/2017 - 29), as quais foram informadas à Alta Administração do Banco e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

Vale ressaltar que o Banco Original foi classificado em 1º lugar na *ranking* de Atendimento ao Cliente pelo Banco Central do Brasil no 1º trimestre de 2018.

● Pessoas

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente no qual todos possam contribuir com suas experiências.

Assim investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacionais.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 22 de Agosto de 2018.

Contador
Carlos de Souza Valentim
CRC- RJ 049674/O-4TC

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 31 às demonstrações financeiras do Banco, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Ativo Circulante		5.881.033	5.436.121
Disponibilidades	4	88.806	433.153
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	361.719	158.966
Aplicações no Mercado Aberto		253.991	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		34.192	140.735
Aplicações em Moedas Estrangeiras		73.536	18.231
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	1.736.511	1.816.923
Carteira Própria	6.a.2	1.196.880	1.269.199
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a.2	370.248	362.050
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a.2	105.608	176.223
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.1	63.775	9.451
Relações Interfinanceiras	7	4.700	3.652
Pagamento e Recebimentos a Liquidar		1.954	1.913
Créditos Vinculados:		2.745	1.485
Depósitos no Banco Central		2.745	1.485
Correspondentes		1	254
Relações Interdependências	14.d	12.096	12.148
Transferências Internas de Recursos		12.096	12.148
Operações de Crédito	8	1.421.074	1.335.491
Setor Privado		1.539.404	1.423.272
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(118.330)	(87.781)
Outros Créditos		2.241.654	1.660.309
Carteira de Câmbio	9.a	166.056	61.518
Rendas a Receber		2.006	407
Negociação e Intermediação de Valores	6.b.2	5.610	1.690
Créditos Tributários	9.b.1	82.627	44.897
Direitos creditórios	9.e	1.905.620	1.460.197
Diversos	9.d	99.269	124.762
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(19.534)	(33.162)
Outros Valores e Bens	10	14.473	15.479
Despesas Antecipadas		14.473	15.479
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.537.609	1.678.690
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	15.649	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		15.649	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	387.668	354.129
Carteira Própria	6.a.2	60.660	230.041
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a.2	138.917	121.653
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a.2	182.467	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.1	5.624	2.435
Operações de Crédito	8	1.399.218	477.582
Setor Privado		1.446.562	521.309
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(47.344)	(43.727)
Outros Créditos		632.260	782.227
Direitos creditórios	9.e	161.466	189.765
Créditos Tributários	9.b.1	283.684	217.807
Diversos	9.d	187.120	374.698
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(10)	(43)
Outros Valores e Bens	10	102.814	64.752
Outros Valores e Bens		114.674	70.742
(Provisão para Desvalorização)		(11.860)	(5.990)
Permanente		716.366	762.571
Investimentos		6.909	6.505
Participações em Coligadas e Controladas:	11	6.461	6.057
No País		6.461	6.057
No Exterior		-	-
Outros Investimentos		448	448
Imobilizado de Uso	12	66.674	74.978
Outras Imobilizações de Uso		101.214	93.953
(Depreciação Acumulada)		(34.540)	(18.975)
Ativos Intangíveis	13	642.783	681.088
Ativos Intangíveis		825.890	766.383
(Amortização Acumulada)		(183.107)	(85.295)
Total do Ativo		9.135.008	7.877.382

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivo Circulante		4.725.152	3.567.766
Depósitos	14.a	1.521.731	1.292.895
Depósitos à Vista		161.789	108.343
Depósitos Interfinanceiros		113.819	157.643
Depósitos a Prazo		1.246.123	1.026.909
Captações no Mercado Aberto	14.b	628.508	478.431
Carteira Própria		507.571	478.431
Carteira de Terceiros		120.937	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	2.199.020	1.409.451
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.198.548	1.409.451
Certificados de Operações Estruturadas		472	-
Relações Interfinanceiras	7	2.626	1.662
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		2.626	1.662
Relações Interdependências	14.d	3.894	15.218
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.894	4.188
Transferências Internas de Recursos		-	11.030
Obrigações por empréstimos	15	-	49.699
Empréstimos no Exterior		-	49.699
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	-	49.067
Outras Instituições		-	49.067
Instrumentos Financeiros Derivativos		44.023	19.596
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.1	44.023	19.596
Outras Obrigações		325.350	251.747
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		794	654
Carteira de Câmbio	9.a	292	3.104
Fiscais e Previdenciárias	16.a	57.735	12.520
Negociação e Intermediação de Valores	6.b.2	13.891	2.401
Diversas	16.b	252.638	233.068
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.315.231	2.215.415
Depósitos	14.a	1.970.438	1.723.207
Depósitos Interfinanceiros		15.842	-
Depósitos a Prazo		1.954.596	1.723.207
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	306.431	451.772
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		306.431	450.507
Certificados de Operações Estruturadas		-	1.265
Outras Obrigações	16.b	38.362	40.436
Diversas		38.362	40.436
Resultados de Exercícios Futuros		11.117	6.874
Rendas Antecipadas		11.117	6.874
Patrimônio Líquido		2.083.508	2.087.327
Capital Social:		2.130.001	2.130.001
De Domiciliados no País	18.a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	(437)	(8.514)
Prejuízos Acumulados		(46.056)	(34.160)
Total do Passivo		9.135.008	7.877.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas da Intermediação Financeira		528.273	632.075
Resultado de Operações de Crédito	8.g	578.124	422.462
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	54.671	101.689
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	(139.879)	105.995
Resultado de Operações com Câmbio	9.a.1	35.357	1.929
Despesas da Intermediação Financeira		(229.551)	(319.521)
Operações de Captação no Mercado	14.a.1	(221.905)	(319.590)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.f	(7.646)	69
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		298.722	312.554
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(59.855)	17.465
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		238.867	330.019
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(237.384)	(305.618)
Receitas de Prestação de Serviços	21.a	13.721	12.702
Tarifas	21.b	3.412	1.796
Despesas de Pessoal	22	(124.449)	(157.445)
Outras Despesas Administrativas	23	(166.942)	(175.022)
Despesas Tributárias	24	(11.516)	(15.847)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(393)	361
Outras Receitas Operacionais	25	51.801	29.937
Outras Despesas Operacionais	26	(3.018)	(2.100)
Resultado Operacional		1.483	24.401
Resultado não Operacional	27	(672)	(461)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		811	23.940
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	14.996	(396)
Ativo Fiscal Diferido		14.996	(396)
Participações no Lucro		(14.329)	(20.906)
Lucro Líquido do Semestre		<u>1.478</u>	<u>2.638</u>
Lucro Líquido por Ação - em (537.826.073) Ações		0,0027	0,0049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.130.001	3.554	(36.798)	2.096.757
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	(12.068)	-	(12.068)
Lucro Líquido no Semestre		-	-	2.638	2.638
Saldos em 30 de Junho de 2017		2.130.001	(8.514)	(34.160)	2.087.327
Mutações do Semestre		-	(12.068)	2.638	(9.430)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		2.130.001	614	(47.534)	2.083.081
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	(1.051)	-	(1.051)
Lucro Líquido no Semestre		-	-	1.478	1.478
Saldos em 30 de Junho de 2018		2.130.001	(437)	(46.056)	2.083.508
Mutações do Semestre		-	(1.051)	1.478	427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		1.478	2.638
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		70.125	60.000
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	59.855	(17.465)
Carteira de crédito		59.070	(25.336)
Outros Créditos		785	7.871
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	393	(361)
Depreciações e Amortizações		57.159	49.127
Ajuste a Valor de Mercado		(3.586)	6.573
Tributos Diferidos		(14.979)	396
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		(3.510)	717
Provisão de Participações no Lucro		14.329	20.906
Provisão para Desvalorização BNDU	10	122	107
Variações e diferenças de taxas		(13.941)	-
Crédito Fiscal		(19.553)	-
Demais ajustes no semestre		(6.164)	-
Lucro Líquido do Semestre		71.603	62.638
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(112.142)	11.914
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		7.230	(479.108)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(2.102)	17.298
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(623.285)	729.387
Redução (Aumento) em Outros Créditos		450.561	741.343
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		4.091	11.141
Aumento (Redução) em Depósitos		(483.273)	(165.754)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		142.849	88.340
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		649.377	(549.547)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		6.617	(100.709)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		4.175	(4.364)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(663)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		115.038	362.579
Atividades de Investimento			
Aquisição/ Baixa de Imobilizado de Uso	12.b	(4.860)	13.619
Aplicações/Baixa no Intangível	13.b	(19.021)	(83.970)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(23.881)	(70.351)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		91.157	292.228
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		983.486	933.191
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	1.074.643	1.225.419
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		91.157	292.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foi consolidada e feita a compensação de saldos da agência no exterior das Ilhas Cayman.

Foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Original S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos semestres.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 22 de agosto de 2018 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;

- Títulos disponíveis para venda - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado;

- *Hedge* de Investimento Líquido em Operações no Exterior - *Hedge* de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Banco Original adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco Original para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou cuja prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores sua avaliação considerará os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Em 2017, o Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução nº 4.534/2016 e reclassificou do imobilizado montantes referentes a *softwares* adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível, no qual será amortizado em 10 anos.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (*Impairment*)

É reconhecido como perda se o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do semestre em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No primeiro semestre de 2018 e 2017, não foram registradas perdas por *impairment*.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no semestre fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas à alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- Provisões - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de semestres Futuros

Entendem-se como rendas antecipadas (resultado de semestres futuros) as receitas de semestres futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Banco Original possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota 20, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009. O Banco efetuou cessão de carteira de crédito, a qual foi precificada por critérios adotados pela cessionária (vide Nota 8.f).

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A provisão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2018 e 2017 não foram deliberados dividendos.

t) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pelo banco, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de semestres Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

De acordo com a Resolução nº 4.512/2017 as operações de avais e fianças prestadas e honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda da Administração.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	88.806	433.153
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	254.013	92.536
Titulos e Valores Mobiliários	731.824	699.730
Total	1.074.643	1.225.419

(1) Em 31/12/2017 o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 983.486

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				30/06/2018	30/06/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	253.991	-	-	253.991	-
Posição Bancada	133.813	-	-	133.813	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	47.706	-	-	47.706	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.499	-	-	27.499	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	58.608	-	-	58.608	-
Posição Financiada	120.178	-	-	120.178	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	120.178	-	-	120.178	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	34.192	-	15.649	49.841	140.735
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	-	-	3.490
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas	34.192	-	15.649	49.841	137.245
Aplicações em Moedas Estrangeiras	73.536	-	-	73.536	18.231
Aplicação prazo fixo	73.536	-	-	73.536	18.231
Total	361.719	-	15.649	377.368	158.966
Circulante				361.719	158.966
Longo Prazo				15.649	-

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

6. Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Titulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Titulos para Negociação

			30/06/2018	30/06/2017
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Titulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	106.947
Letras do Tesouro Nacional - LTN	733.576	70	733.646	867.721
Titulos Privados				
Ações Companhias Abertas ⁽²⁾	231.911	80.705	312.616	-
LF Pós Principal e Encargos	-	-	-	1.477
Total Carteira Própria	965.487	80.775	1.046.262	976.145
Vinculados a compromissos de recompra				
Titulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	114.678	208	114.886	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	362.050
Total Vinculados a compromissos de recompra	114.678	208	114.886	362.050
Vinculados à prestação de garantias				
Titulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.426	29	8.455	176.223
Total Vinculados à prestação de garantias	8.426	29	8.455	176.223

a.1.2) Titulos Disponíveis para Venda

			30/06/2018	30/06/2017
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Liquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Titulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.338	25	14.363	13.369
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	58.576	(460)	58.116	163.429
Titulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	3.720	-	3.720	3.243
Debêntures ⁽²⁾	1.023	37	1.060	87.473
Nota Promissória	17.353	244	17.597	-
LF Pós-Principal e Encargos	422	-	422	-
Colorado Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ⁽⁴⁾	116.000	-	116.000	-
Ações Companhias Abertas ⁽³⁾	-	-	-	255.581
Total Carteira Própria	211.432	(154)	211.278	523.095
Vinculados a compromissos de recompra				
Titulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	130.942	(128)	130.814	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	233.806	576	234.382	120.355
Titulos Privados				
Debêntures ⁽²⁾	28.500	583	29.083	1.298
Total Vinculados a compromissos de recompra	393.248	1.031	394.279	121.653

Vinculados à prestação de garantias

Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	263.653	(2.795)	260.858	-
Outros				
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	18.000	762	18.762	-
Total Vinculados à prestação de garantias	<u>281.653</u>	<u>(2.033)</u>	<u>279.620</u>	<u>-</u>

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

Carteira Própria	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2018	30/06/2017
					Total	Total
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	106.947
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	699.827	-	33.819	733.646	867.721
Títulos Privados						
Ações Companhias Abertas ⁽³⁾	312.616	-	-	-	312.616	-
LF Pós Principal e Encargos	-	-	-	-	-	1.477
Total Carteira Própria	<u>312.616</u>	<u>699.827</u>	<u>-</u>	<u>33.819</u>	<u>1.046.262</u>	<u>976.145</u>
Circulante					1.046.262	976.145

Vinculados a compromissos de recompra

Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	362.050
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	114.886	114.886	-
Total Vinculados a compromissos de recompra	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>114.886</u>	<u>114.886</u>	<u>362.050</u>
Circulante					114.886	362.050

Vinculados à prestação de garantias

Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	8.455	8.455	176.223
Total Vinculados à prestação de garantias	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.455</u>	<u>8.455</u>	<u>176.223</u>
Circulante					8.455	176.223

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

Carteira Própria	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2018	30/06/2017
					Total	Total
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	14.363	14.363	13.369
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	1.005	15.296	41.815	58.116	163.429
Títulos Privados						
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	3.720	3.720	3.243
Debêntures ⁽²⁾	-	-	298	762	1.060	87.473
Nota promissória	-	-	17.597	-	17.597	-
LF Pós-Principal e Encargos	-	422	-	-	422	-
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽⁴⁾	116.000	-	-	-	116.000	-
Ações Companhias Abertas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	255.581
Total Carteira Própria	<u>116.000</u>	<u>1.427</u>	<u>33.191</u>	<u>60.660</u>	<u>211.278</u>	<u>523.095</u>
Circulante					150.618	293.054
Longo Prazo					60.660	230.041

Vinculados a compromissos de recompra

Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	226.964	7.418	-	234.382	120.355
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	130.814	130.814	-
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	20.980	8.103	29.083	1.298
Total Vinculados a compromissos de recompra	<u>-</u>	<u>226.964</u>	<u>28.398</u>	<u>138.917</u>	<u>394.279</u>	<u>121.653</u>
Circulante					255.362	-
Longo Prazo					138.917	121.653

Vinculados à prestação de garantias

Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	78.391	182.467	260.858	-
Outros						
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	18.762	-	-	-	18.762	-
Total Vinculados à prestação de garantias	<u>18.762</u>	<u>-</u>	<u>78.391</u>	<u>182.467</u>	<u>279.620</u>	<u>-</u>
Circulante					97.153	-
Longo Prazo					182.467	-

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a. e seu vencimento é em 15/12/2018 e 05/02/2021.

(3) Em 31 de dezembro de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para a categoria Negociação. Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e às melhores práticas contábeis em que os Instrumentos financeiros devem ser classificados, não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da entidade.

(4) No primeiro semestre de 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa J&F Investimentos, no montante de R\$ 166.000 (Nota 8.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia sendo estas cotas da empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (vide Nota 8.f).

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.100	52.734
Resultado de Títulos de Renda Fixa	57.991	68.637
Resultado de Títulos de Renda Variável ⁽¹⁾	(15.571)	(19.713)
Resultado de Títulos no Exterior	151	31
<u>Total</u>	<u>54.671</u>	<u>101.689</u>

(1) Resultado com ações da JBS.

	30/06/2018			30/06/2017		
Resumo	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor de Total	Valor Referencial dos Contratos	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	55.025	(51)	54.974	997.740	(9.853)	5.831.601
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	(32.917)	3.330	(29.587)	534.740	3.286	175.673
Contratos de Opções (COE) a Receber/(Pagar)	-	(11)	(11)	500	(5)	2.548
Contratos de Mercado Futuro a Receber/ (Pagar)	-	-	-	4.069.082	-	3.524.857
Total	22.108	3.268	25.376	5.602.062	(6.572)	9.534.679

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	30/06/2018			30/06/2017		
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	24.350	27.183	3.441	54.974	(12.537)	
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(8.280)	(23.490)	2.183	(29.587)	4.832	
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	-	(11)	(11)	(5)	
Total	16.070	3.693	5.613	25.376	(7.710)	

Valores Referenciais dos Futuros*

	30/06/2018			30/06/2017		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
DI	529.000	601.000	673.000	1.803.000	1.142.790	
Dólar	652.718	7.809	-	660.527	1.496.587	
DDI	5.008	826.275	774.272	1.605.555	825.548	
BGI	-	-	-	-	1.205	
Euro	-	-	-	-	58.727	
Total	1.186.726	1.435.084	1.447.272	4.069.082	3.524.857	

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, Dólar, cupom de Dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 8.281 passivo (30/06/2017 – R\$ 711 passivo), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuadas na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 269.314 (30/06/2017 - R\$ 176.223) sendo este representado por LTN R\$ 8.455 e NTN R\$ 260.858. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, e na B3.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 30/06/2018		01/01 a 30/06/2017	
	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	113.274	(45.857)	67.417	(70.012)
"Swap"	18.966	(33.030)	(14.064)	7.042
Opções	-	-	-	318
DI	104.502	(107.238)	(2.736)	88.281
DDI	335.073	(444.193)	(109.120)	12.304
BGI	15	(21)	(6)	158
Moedas	1.840	(2.204)	(364)	72.510
Índice	4.450	(5.500)	(1.050)	(3.139)
Dólar	233.903	(313.726)	(79.823)	(934)
Outros	409	(542)	(133)	(533)
Total	812.432	(952.311)	(139.879)	105.995

b.4) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Banco Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman, cuja moeda de suas operações está em dólar. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de *hedge* de fluxo de caixa.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são efetivos.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do semestre. Em 30 de junho de 2018, o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ 1.012, contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" no montante de R\$ 2.074 ativos (30/06/2017 - R\$ 1.990 ativos) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2018	30/06/2017
Empréstimos e Operações de crédito vinculadas à Cessão	1.730.960	1.211.252
Empréstimos	1.602.913	1.039.712
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	311.873	210.481
Capital de Giro	1.037.519	672.625
Conta Corrente Garantida	42.498	29.853
Empréstimo Consignado	362	1.137
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1	29.092
Cheque Especial	55.931	24
Empréstimo Rotativo	15.341	13.844
Crédito Pessoal	45.203	15.041
Outros empréstimos	94.185	67.615
Financiamentos	1.121.373	605.750
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	1.121.373	605.750
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	60.181	50.524
Financiamentos Imobiliários	73.452	77.054
Operações de crédito vinculadas à Cessão	128.047	171.540
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 9.a)	149.609	56.736
Direitos Creditórios (Nota 9.e)	2.067.086	1.649.962
Outros créditos	6.644	6.301
Subtotal	5.209.305	3.657.579
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8.e)	(165.674)	(131.508)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8.e.1)	(19.544)	(33.205)
Total	5.024.086	3.492.866
Circulante	3.463.412	2.825.519
Longo Prazo	1.560.674	667.347

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Parcelas a Vencer Acima de 360 dias			30/06/2018	30/06/2017
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
	Setor Privado				
Rural	49.944	699.551	984.813	1.734.308	877.342
Indústria	33.257	468.948	365.090	867.295	851.922
Financeiro	-	-	-	-	5.335
Pessoas Físicas	89.017	223.752	13.162	325.931	232.891
Comércio	18.097	1.765.371	138.175	1.921.643	1.529.604
Serviços	1.110	226.626	75.028	302.764	150.046
Outros	416	23.144	33.804	57.364	10.079
Total	191.841	3.407.392	1.610.072	5.209.305	3.657.219

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	30/06/2018		30/06/2017	
			Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	830.813	16%	1.830	1%	806.679	22%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.475.390	28%	63.627	34%	997.288	27%
100 Maiores Devedores Seguintes	888.112	17%	19.544	11%	502.596	14%
Demais Devedores Seguintes	2.014.990	39%	100.217	54%	1.350.656	37%
Total	5.209.305	100%	185.218	100%	3.657.219	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2018. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos			30/06/2018	
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Minima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾	Requerida	
AA	0,0%	676.890	-	676.890	-
A	0,5%	3.343.258	-	3.343.258	16.812
B	1%	543.918	12.461	556.379	5.749
C	3%	298.617	30.872	329.489	10.286
D	10%	23.367	23.178	46.545	4.780
E	30%	3.014	104.204	107.218	32.165
F	50%	15.608	13.253	28.861	14.430
G	70%	46.983	18.578	65.561	45.892
H	100%	1.405	53.699	55.104	55.104
Total		4.953.060	256.245	5.209.305	185.218

Nível de Risco	Carteira de Créditos			30/06/2017	
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Minima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾	Requerida	
AA	0,0%	762.733	-	762.733	-
A	0,5%	1.718.186	90	1.718.276	8.590
B	1%	441.631	40.292	481.923	4.819
C	3%	294.721	69.771	364.492	10.935
D	10%	104.293	14.338	118.631	11.863
E	30%	16.734	31.265	47.999	14.400
F	50%	9.530	48.502	58.032	29.016
G	70%	15.213	51.593	66.806	46.763
H	100%	1.372	36.955	38.327	38.327
Total		3.364.413	292.806	3.657.219	164.713

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	168.363	222.369
Constituição Líquida de Reversão	59.070	(25.336)
Baixa para Prejuízo	(61.759)	(65.525)
Saldo Final	165.674	131.508
Circulante	118.330	87.781
Longo Prazo	47.344	43.727
Créditos Recuperados⁽¹⁾	147.771	50.789

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	18.759	25.334
Constituição Líquida de Reversão	785	7.871
Saldo Final	19.544	33.205
Circulante	19.534	33.162
Longo Prazo	10	43

No primeiro semestre de 2018, os créditos renegociados são de R\$ 226.543 (30/06/2017 - R\$ 363.772), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2018 é de R\$ 66.620 (30/06/2017 - R\$ 28.283), relativo às operações vencidas e repactuadas. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 29.

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecidos na data da cessão. A venda da carteira no primeiro semestre de 2018 foi efetuada no valor de R\$ 166.000 conforme segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	22.182	430.907
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	143.818	47.141
Total da venda ⁽³⁾	166.000	478.048

(1) Não houve lucro na cessão e o valor da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi no montante de R\$ 12.483.

(2) O montante de R\$ 143.818 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas J&F Investimento.

(4) O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda (vide Nota 6.a) e o restante recebido via caixa. Esse FIP possui investimentos na Flora produtos de Higiene e Limpeza S.A (Partes Relacionadas).

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	55	795
Rendas de Empréstimos	238.607	290.151
Rendas de Títulos Descontados	13.021	14.002
Rendas de Financiamentos	180.476	66.841
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	147.771	50.789
Resultado com Cessão de Créditos sem coobrigação	-	504
Despesas com Cessão de Créditos com coobrigação	(15)	-
Perdas com créditos Incoobríveis	(1.791)	(620)
Total	578.124	422.462

(1) No primeiro semestre de 2018, o montante de R\$ 143.818 (30/06/2017 - R\$ 47.141) refere-se à recuperação de créditos baixados para prejuízo pela cessão de crédito Nota 8.f.

9. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	30/06/2018	30/06/2017
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(259)	-
Direitos sobre Venda de Câmbio	292	458
Câmbio Comprado a Liquidar	164.089	59.844
Rendas a receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	1.934	1.216
Total	166.056	61.518
Circulante	166.056	61.518
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	292	457
Obrigações por Compra de Câmbio	147.675	57.806
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	(147.675)	(55.159)
Total	292	3.104
Circulante	292	3.104

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.934 (30/06/2017 - R\$ 1.216) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 147.675 (30/06/2017 - R\$ 55.159) compõem o saldo de R\$ 149.609 (30/06/2017 - R\$ 56.736) divulgado na nota 8.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de câmbio	84.044	38.322
Despesas de câmbio	(48.687)	(36.393)
Total	35.357	1.929

b) Créditos Tributários

Créditos Fiscais Diferidos

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	339.344	264.947
Constituições	99.523	182.657
Reversões	(72.556)	(184.900)
Saldo Final	366.311	262.704

Débitos Fiscais Diferidos

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	48.077	14.805
Constituições	26.600	18.955
Reversões	(26.936)	(33.760)
Saldo Final	47.741	-

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo Fiscal	449.954	274.263
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	112.489	68.566
Base Negativa de Contribuição Social	453.755	277.986
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% ⁽¹⁾	90.751	55.597
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	227.195	151.176
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	19.544	33.162
Provisão para Contingências Trabalhistas	20.575	18.610
Provisão para Contingências Cíveis	14.219	19.098
Provisão para Despesas Administrativas	27.079	26.870
Provisão PLR - Administradores	1.314	6.122
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	11.860	5.990
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	13.534	17.348
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e Derivativos	-	1.805
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação - 4,65%	(629)	(891)
Ajustes Futuros DI e DDI	-	5.770
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	-	(268)
Perdas em Operações de Crédito	20.503	17.501
Outras Diferenças Temporárias	5.787	3.000
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	360.981	305.293
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	360.981	305.293
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	90.245	76.323
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	72.196	61.059
Ajustes DI Futuro	-	5.770
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e Derivativos	-	1.805
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	13.534	17.348
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	13.534	24.923
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	629	1.159
Total do Ativo Fiscal Diferido	366.311	262.704
Circulante	82.627	44.897
Longo Prazo	283.684	217.807

(1) Em 30 de junho de 2015, a alíquota era de 15% com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2018	30/06/2017
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	83.143	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(3.866)	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	17.243	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(802)	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	95.718	-
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	23.930	-
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	19.144	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	83.143	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	17.243	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	100.386	-
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	4.668	-
Total do Passivo Fiscal Diferido	47.741	-
Circulante	47.741	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2018			30/06/2017		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2017	-	-	-	44.897	-	44.897
2018	82.627	47.741	34.886	70.446	-	70.446
2019	51.593	-	51.593	27.000	-	27.000
2020	72.696	-	72.696	18.204	-	18.204
2021	65.905	-	65.905	102.157	-	102.157
2022	91.458	-	91.458	-	-	-
A partir de 2023	2.032	-	2.032	-	-	-
Total	366.311	47.741	318.570	262.704	-	262.704

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2018, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 311.777 (30/06/2017 - R\$ 230.404).

d) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	51.226	6.574
Devedores por Depósitos em Garantia	15.586	14.291
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 17.b.1)	8.175	6.401
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 17.b.2)	7.411	7.890
Adiantamentos Salariais/Outros	5.022	5.834
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	6.644	6.301
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	250	58.219
Valores a receber venda da marca (Nota 30.f)	171.534	360.407
Outros	36.127	47.834
Total	286.389	499.460
Circulante	99.269	124.762
Longo Prazo	187.120	374.698

(1) O Banco investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de créditos fiscais referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem).

e) Direitos Creditórios

	30/06/2018	30/06/2017
Direitos Creditórios (Nota 8.a) ⁽¹⁾	2.067.086	1.649.962
Total	2.067.086	1.649.962
Circulante	1.905.620	1.460.197
Longo Prazo	161.466	189.765

(1) A rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, possui uma PCLD de R\$ 17.605 (30/06/2017 - R\$ 22.810). Do montante, R\$ 1.434.908 (30/06/2017 - R\$ 1.821.844) são da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

10. Outros Valores e Bens

	30/06/2018	30/06/2017
Bens não de Uso - Imóveis	114.674	70.742
(Provisão para Desvalorização)	(11.860)	(5.990)
Despesas Antecipadas	14.473	15.479
Total	117.287	80.231
Circulante	14.473	15.749
Longo Prazo	102.814	64.752

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		30/06/2018
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Controladas do Banco			Participação Direta e Indireta
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	1.999.800	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	3.446.550	99,90%
Original App Ltda.	Desenvolvimento/ Teleatendimento/Prestação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo)		Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial
		01/01 a 30/06/2018	30/06/2018		
Original Asset Management Ltda. ⁽¹⁾	2.985	62	3.047	2.545	62
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	1.478	(615)	863	1.074	(614)
Original App Ltda.	2.393	159	2.551	2.438	159
Total	6.856	(394)	6.461	6.057	(393)

(1) Em 5 de maio de 2017 o capital social da Original Asset Management foi reduzido em R\$ 61.119 por ser considerado excessivo. O novo capital social passou a ser de R\$ 2.000, com o consequente cancelamento de 61.119 quotas.

12. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	30/06/2018	30/06/2017
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	35.329	(9.471)	25.858	29.527
Sistemas de Processamento de Dados	65.154	(24.585)	40.569	45.193
Sistemas de Segurança e Comunicações	731	(484)	247	258
Total	101.214	(34.540)	66.674	74.978

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2017				30/06/2018	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	27.929	66	(264)	(1.873)	25.858	
Sistemas de Processamento de Dados	41.593	5.044	(6)	(6.062)	40.569	
Sistemas de Segurança e Comunicações	252	20	-	(25)	247	
Total	69.774	5.130	(270)	(7.960)	66.674	

13. Intangível

a) Valor residual

Gastos com Desenvolvimento	Custo	Amortização	30/06/2018	30/06/2017
			Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	825.890	(183.107)	642.783	681.088
Total	825.890	(183.107)	642.783	681.088

b) Movimentação do Intangível

Gastos com Desenvolvimento	31/12/2017				30/06/2018	
	Saldo inicial	Aquisição	Transferência/ Baixas	Amortização	Saldo Final	
Gastos com Desenvolvimento	672.961	19.147	(126)	(49.199)	642.783	
Total	672.961	19.147	(126)	(49.199)	642.783	

14. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3 ou agentes de mercado, quando necessário.

a) Depósitos

Depósitos à Vista	30/06/2018				30/06/2017	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	161.789	-	-	-	161.789	108.343
Depósitos Interfinanceiros	-	113.819	-	15.842	129.661	157.643
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	492.454	753.669	1.954.596	3.200.719	2.750.116
Total	161.789	606.273	753.669	1.970.438	3.492.169	3.016.102
Circulante	-	-	-	-	1.521.731	1.292.895
Longo Prazo	-	-	-	-	1.970.438	1.723.207

(1) O total de depósito a prazo com liquidez antecipada é de R\$ 562.451 (30/06/2017 - R\$ 60.262).

Em 30 de junho de 2018, os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 130.796 (30/06/2017 - R\$ 155.240), CDB no montante de R\$ 3.069.923 (30/06/2017 - R\$ 2.594.876). O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 123% do CDI, (30/06/2017 - 90% e 129,50% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,64 % a.a. e 19,60 % a.a. (30/06/2017 - 19,19% a.a. e 8,70% a.a.), já para operações de RBD com taxas pós-fixadas praticadas de 101% a 106% do CDI (30/06/2017 - 101,5% a 106% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Depósitos Interfinanceiros	(1.182)	(8.630)
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	(143.143)	(184.024)
Captação no Mercado Aberto	(6.403)	(8.382)
Despesas Letras de crédito do Agronegócio	(29.552)	(49.198)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.672)	(3.733)
Despesas de Letras Financeiras	(6.651)	(12.787)
Despesas de Letras Imobiliárias	(31.296)	(52.644)
Despesas com operação estruturada -COE	(6)	(192)
Total	(221.905)	(319.590)

b) Captações no Mercado Aberto

	30/06/2018			30/06/2017	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	507.571	-	-	507.571	478.431
Títulos Públicos	-	-	-	-	357.266
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	119.873
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	234.102	-	-	234.102	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	245.008	-	-	245.008	-
Outros	28.461	-	-	28.461	1.292
Carteira de Terceiros	120.937	-	-	120.937	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	120.937	-	-	120.937	-
Total	628.508	-	-	628.508	478.431
Circulante	-	-	-	628.508	478.431

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	30/06/2018			30/06/2017	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	-	-	-	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	144.194	1.089.641	109.027	1.342.862	790.808
Letras de Crédito do Imobiliário - LCI	353.419	555.368	160.361	1.069.148	923.426
Letras Financeiras - LF	31.295	24.631	37.043	92.969	145.724
Certificados de operações estruturadas - COE	-	472	-	472	1.265
Total	528.908	1.670.112	306.431	2.505.451	1.861.223
Circulante	-	-	-	2.199.020	1.409.451
Longo Prazo	-	-	-	306.431	451.772

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 86% e 103% do CDI (30/06/2017 - 85% e 104% do CDI); para as operações prefixadas, o valor da taxa praticada varia entre 5,36% a.a. e 17,01% a.a. (30/06/2017 - 7,91% a.a. e 16,62% a.a.); para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas, no montante de 86% a 102% do CDI (30/06/2017 - 84% e 102% do CDI) e para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 112% a 120% do CDI (30/06/2017 - 112% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências e numerário em trânsito no montante de R\$ 8.202 ativo (30/06/2017 - R\$ 3.070 passivo).

e) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	30/06/2018			30/06/2017	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	-	-	-	-	28.607
Funcafé - Estocagem	-	-	-	-	17.677
Funcafé - Capital de Giro	-	-	-	-	2.783
Total	-	-	-	-	49.067
Circulante	-	-	-	-	49.067

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas De Empréstimos No Exterior ⁽¹⁾	(7.646)	3.508
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	-	(1.298)
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	-	(2.141)
Total	(7.646)	69

(1) O efeito credor refere-se à variação cambial do semestre.

15. Outras Obrigações por Empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

	30/06/2018			30/06/2017	
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	-	-	-	-	49.699
Total	-	-	-	-	49.699
Circulante	-	-	-	-	49.699

No primeiro semestre de 2017, o Banco Original realizou operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,43% a.a. a 4,50% a.a.

16. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	843	982
Impostos e Contribuições sobre Salários	6.568	7.560
I.R. - s/ Operações de renda fixa	140	757
IOF - Capital de Giro	650	109
Outros	1.793	3.112
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	47.741	-
Total	57.735	12.520
Circulante	57.735	12.520

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	24.143	21.338
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	14.219	19.098
Provisão para Pagamentos a Efetuar	67.725	70.076
Despesas de Pessoal	52.755	59.680
Outras Despesas Administrativas	12.984	5.364
Outros Pagamentos	1.986	5.032
Consignados	177	-
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.822	13.817
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	157	232
Valores a pagar sociedades ligadas	196	205
Recuperação de Crédito	8	9
Adiantamentos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	-	344
Credores Diversos - Exterior/Pais ⁽³⁾	168.675	147.602
Provisão para Fianças	1.876	783
Total	291.000	273.504
Circulante	252.638	233.068
Longo Prazo	38.362	40.436

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente, ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referente às operações com cartões de débito e crédito.

17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 8.175 (30/06/2017 - R\$ 6.401).

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	22.455	20.621
Constituição	2.364	2.572
Atualização Monetária	577	1.195
Reversão	(1.253)	(3.050)
Saldo Final	24.143	21.338

b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Banco contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	17.696	20.689
Constituição	2.685	2.330
Atualização Monetária	96	217
Reversão	(6.258)	(4.138)
Saldo Final	14.219	19.098

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.411 (30/06/2017 - R\$ 7.890).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Processos Trabalhistas	60.043	17.857
Processos Cíveis	34.365	31.128
Processos Fiscais	9.749	-
Total	104.157	48.985

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2018 o capital social de R\$ 2.130.001 (30/06/2017 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN, LFT e títulos privados. Em 30 de junho de 2018, o saldo atingiu o montante de R\$ (437) (30/06/2017 - R\$ (8.514)).

c) JCP e Dividendos

Em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram deliberados JCP e Dividendos.

c.1) Reserva de Lucros

Em 30 de junho de 2018 e 2017 não houve constituição de reserva de Lucros.

c.2) Reserva Estatutária

Em 30 de junho de 2018 e 2017 não houve constituição de reserva estatutária.

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o banco está sujeito, em relação a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A e Offshore Cayman), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de Referência Nível I	1.228.199	1.297.005
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.228.199	1.297.005
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	8.127.544	6.694.351
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	6.420.206	5.714.519
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	856.617	359.539
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	850.721	620.293
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	15,1%	19,4%

(1) Para fins de apuração do Índice de Basileia, o Conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não avilavangagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O Índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 16,8%.

Em 2018 e 2017 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do banco.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2018 e 2017, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

20. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2018 e 2017:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		30/06/2018	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		30/06/2017	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações S.A. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

b) Transações com Partes Relacionadas

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2018	30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Ações	312.617	255.581	(15.571)	(19.713)
JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾	312.617	255.581	(15.571)	(19.713)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.802	-	3.311	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	7.802	-	3.311	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	171.534	418.626	16.276	-
J&F Investimentos S.A. (Nota 30.e)	171.534	360.407	16.276	-
Original Asset Management Ltda.	-	58.208	-	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	11	-	-
Depósito à Vista	(4.436)	(3.153)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(77)	(12)	-	-
J&F Participações S.A.	-	(2)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(23)	(6)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	-	(2)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	-	(29)	-	-
JBS Confinamento Ltda.	(1)	-	-	-
Original Asset Management Ltda.	-	(26)	-	-
Original Corporate Corretora Ltda.	(3)	(1)	-	-
Canal Rural Produções Ltda.	(5)	-	-	-
JBJ Agropecuária Ltda.	(19)	-	-	-
VLBM Participações Ltda.	(9)	-	-	-
Ambar Energia Ltda.	(1)	-	-	-
JBS Aves Ltda.	(475)	-	-	-
Agrícola Jandelle	(250)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda.	(716)	(1.431)	-	-
Seara Comércio de Alimentos Ltda.	(261)	(342)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(691)	(285)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(387)	(951)	-	-
Original APP Ltda.	(3)	-	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(32)	(1)	-	-
Promotora (JBS)	-	(65)	-	-
FIP Multiestratégia Formosa	(7)	-	-	-
Pessoas Físicas	(1.476)	-	-	-
Depósito Interfinanceiro	(110.700)	-	(27)	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	(110.700)	-	(27)	-
Depósito a Prazo	(325.926)	(245.084)	(4.232)	(11.913)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.819)	(6.324)	(222)	(646)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(5.210)	(4.831)	(170)	(493)
JBS S.A. (JBS)	(51.369)	(65.738)	(132)	(4.268)
Original Asset Management Ltda.	(1.896)	(60.466)	(41)	(1.096)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	(257)	(429)	(16)	(28)
Fip Caixa Milão	(386)	-	(9)	-
Instituto Germinare	(89)	-	-	-
J&F Floresta Agropecuária Araguaia Ltda.	(139.453)	-	(45)	-
São João Transmissora de Energia S.A.	(1.513)	-	(48)	-
JBJ Agropecuária Ltda.	(210)	-	(3)	-
J&F Participações S.A.	(25.838)	(27.011)	(733)	(1.742)
J&F Investimentos S.A.	-	(14.065)	-	(8)
Seara Alimentos Ltda.	(67.393)	(63.858)	(2.144)	(3.497)

Original APP Ltda.	(2.314)	(2.362)	(27)	(135)
Pessoas Físicas	(23.179)	-	(642)	-
Captação no Mercado Aberto	-	(77.140)	-	(4.668)
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	(77.140)	-	(4.668)
Valores a Pagar de Societades Ligadas	-	(205)	-	(1.881)
J&F Participações S.A.	-	(205)	-	(1.881)

(1) As ações estão marcadas ao valor de mercado e a despesa é decorrente da variação negativa do período.

Demais transações

Cessão de Crédito: Em 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa ligada Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. no montante de R\$ 166.000 (Nota 8.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda, e o montante de R\$ 50.000 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.434.908 (30/06/2017 -R\$ 1.649.962), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota 9.e)

Prestação de serviços: Em 2016 o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando à sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado no primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 984 (30/06/2017 - R\$ 1.881).

21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

a) Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Cobrança e Arrecadações	2.466	2.278
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	1.106	1.003
Serviço de recebimento e envio de valores	1.589	1.597
Comissões de Cartões	5.392	4.177
Outras	3.168	3.647
Total	13.721	12.702

b) Tarifas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Tarifas	3.412	1.796
Total	3.412	1.796

22. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração	(79.941)	(106.397)
Encargos	(26.192)	(33.156)
Benefícios	(18.085)	(17.681)
Outras	(231)	(211)
Total	(124.449)	(157.445)

23. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(20.204)	(23.497)
Depreciações e Amortizações	(57.159)	(49.127)
Propaganda e Publicidade	(737)	(4.120)
Comunicações	(1.350)	(943)
Processamento de Dados	(43.037)	(47.897)
Aluguéis	(4.485)	(5.021)
Transportes e Viagens	(1.863)	(2.456)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.452)	(1.826)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.067)	(1.580)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽¹⁾	(28.509)	(27.058)
Água, Energia e Gás	(814)	(800)
Material	(524)	(518)
Despesas Legais e Jurídicas	(788)	(1.376)
Serviços de copa e cozinha	(312)	(161)
Indenizações Judiciais diversas	(615)	(550)
Outras despesas administrativas	(3.026)	(8.092)
Total	(166.942)	(175.022)

(1) Referem-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

24. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Despesa com COFINS	(7.981)	(11.123)
Despesa com ISS	(1.109)	(932)
Despesa com PIS/Pasep	(1.297)	(1.808)
IOF	(7)	(64)
Outras	(1.122)	(1.920)
Total	(11.516)	(15.847)

25. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atualização de Depósitos Judiciais	420	499
Atualização de Impostos a Compensar	4.353	111
Recuperação de Encargos e Despesas	2.448	1.538
Reversão de Provisões Cíveis	3.477	1.591
Incentivo Fiscal ⁽¹⁾	19.553	-
Rendas de Garantias Prestadas	5.181	3.930
Receita de Atualização Monetária ⁽²⁾	16.276	21.951
Outras receitas operacionais	93	317
Total	51.801	29.937

(1) O Banco investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de R\$ 19.553 referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem).

(2) O valor da Receita de atualização monetária refere-se à venda da marca demonstrada na nota 30.f.

26. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	(1.687)	(717)
Indenizações trabalhistas	(550)	(332)
Despesas com Variação cambial	-	(350)
Provisão para fianças	(172)	(35)
Perdas com conta corrente e crédito pessoal	(384)	(194)
Outras	(225)	(472)
Total	(3.018)	(2.100)

27. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(359)	(461)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(269)	-
Desvalorização de Outros Valores e Bens (BNDU)	(122)	-
Outras Receitas/(Despesas)	78	-
Total	(672)	(461)

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro e JCP	(13.518)	3.034
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(152)	(3.018)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL ⁽¹⁾	(19.613)	700
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ ⁽¹⁾	(19.688)	996
Base de cálculo - CSLL	(33.283)	716
Base de cálculo - IRPJ	(33.358)	1.012
CSLL - 20%	6.657	(143)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	8.339	(253)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	14.996	(396)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	14.996	(396)

(1) O Banco investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de R\$ 19.553 referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem) conforme nota 25.

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução Bacen nº 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Essa estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem, ainda, aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 e Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução Bacen nº 4.557/17 e a Resolução nº 4.090 de 2012. A definição dos limites e da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/09, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Banco é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos é responsável por propor à Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2018, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, somam a R\$ 396.627 (30/06/2017 - R\$ 330.875), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2018 e 2017 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 1.876 (30/06/2017 - R\$ 783).

Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal
Outras Fianças Bancárias
Total

	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017
	Valor		Provisão	
	atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
	37.915	(44)	10.049	(65)
	81.969	(1.407)	181.329	(0)
	276.743	(425)	139.497	(718)
	396.627	(1.876)	330.875	(783)

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2018, a carteira coberta pelo seguro atinge o montante de R\$ 1 (30/06/2017 - R\$ 54), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 11 (30/06/2017 - R\$ 11). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com essas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores, de forma que não se aplicam ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

d. Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 13.340 (30/06/2017 - R\$ 24.031).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 29 (30/06/2017 - R\$ 53).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

e. Plano de Saúde - Benefício pós emprego

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2018 é de R\$ 260 (30/06/2017 - R\$ 317).

f. Cessão de marca e domínio

O Banco Original, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e *marketing*. Em 22 de dezembro de 2017 o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Banco continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de *royalties* de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento, os pagamentos de *royalties* não ocorreram em 2018. O saldo a receber em 30 de junho de 2018 é de R\$ 171.534 (30/06/2017 - R\$ 360.407), e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 16.276 (30/06/2017 - R\$ 21.951) contabilizados na rubrica Resultados operacionais.

No primeiro semestre de 2018 foram antecipadas 5 parcelas no valor de R\$ 65.295 e o juro de todas as parcelas vincendas no valor de R\$ 11.307.

31. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A. "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciou uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Banco é um órgão composto por dois membros externos e independentes, e três diretores do Banco.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 6 vezes durante o 1º semestre 2018 (6 vezes no 1º semestre 2017) e fez 40 reuniões (34 no 1º semestre 2017) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2018.

O Comitê de Auditoria não emitiu recomendações no 1º semestre de 2018.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30.06.2018 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

O Comitê de Auditoria